Turismo, vivências e novas perspectivas para a valorização do patrimônio cultural imaterial e da diversidade cultural

Marcelo Antonio Sotratti

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SOTRATTI, M. A. Turismo, vivências e novas perspectivas para a valorização do patrimônio cultural imaterial e da diversidade cultural. In: MARAFON, G. J., FACCIOLI, M., and SÁNCHEZ, M. A., ed. *Patrimônio, território e turismo no Brasil, Costa Rica e Itália* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2020, pp. 179-195. ISBN: 978-65-00-03032-7.

<https://doi.org/10.7476/9786500030327.0009>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Turismo, vivências e novas perspectivas para a valorização do patrimônio cultural imaterial e da diversidade cultural

Marcelo Antonio Sotratti¹

Introdução

A relação entre turismo e as políticas de preservação do patrimônio cultural apresentaram movimentos de aproximação e distanciamentos ao longo da trajetória e da consolidação dos dois campos, ação e conhecimento. As maiores experiências analíticas sobre os efeitos positivos e negativos da apropriação turística sobre o patrimônio cultural se deu a partir do incentivo à visitação em grande escala nos grandes monumentos distribuídos nos diferentes continentes, como também no Brasil, impulsionado pela criação dos Patrimônios Mundiais, em 1972.

A imagem negativa do turismo cultural, delineada na década de 1970, a partir das experiências observadas nesses países, apontou para uma perspectiva mais crítica acerca das formas em que o turismo poderia estar alinhado aos princípios maiores da preservação e valorização desses bens culturais, em sua maioria de natureza material.

A expansão do campo teórico e das experiências de gestão dos órgãos voltados à preservação do patrimônio cultural acabou acentuando a preocupação na relação entre o turismo e o patrimônio, sobretudo quando outros bens culturais foram incorporados ao processo de identificação, seleção e salvaguarda preconizados por esses órgãos.

Nesse sentido, encontra-se a relação entre patrimônio imaterial e turismo. A então consolidada forma de apropriação turística desses bens, por meio

¹ Professor Adjunto do curso de Turismo da UERJ – DTUR/IGEOG, Coordenador de Extensão do Instituto de Geografia (IGEOG/UERJ) e docente do corpo permanente do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural do IPHAN.

de observação passiva e roteirização, começou a ser questionada e colocada em perspectiva tanto pelos órgãos de preservação quanto pelos pesquisadores de turismo interessados no tema.

Seria necessário desenvolver algum instrumento de análise que permitisse construir novas formas de relação entre os turistas e a diversidade cultural que essa tipologia de patrimônio apresenta, sobretudo em relação a seu processo de produção, reprodução e salvaguarda dos bens. Desse modo, a apropriação turística deveria, a princípio, estar alinhada ao próprio processo cultural construído pelos detentores de tais bens.

Assim, pensamos que a criação de um projeto-piloto que colocasse em evidência os conflitos, a complexidade e as possibilidades de uma convivência entre visitantes (turistas ou não) e expressões culturais diversas, como música e dança, religiosidade, modos de fazer, celebrações, poderiam ser importantes na construção de formas de metodologias analíticas e dimensionamento de ações que se aproximassem de uma forma equilibrada e participativa entre os turistas, os grupos detentores de tais bens culturais e a comunidade em geral.

Dessa forma, foi criado o Projeto culTURa, no Departamento de Turismo da UERJ, que possibilita mais reflexão sobre novas possibilidades metodológicas para ampliar as formas de aproximação entre turistas e o patrimônio imaterial. O projeto consiste num plano de pesquisa aplicada que visa ao desenvolvimento de atividades, denominadas vivências, em espaços públicos ou institucionais, onde são praticadas expressões culturais de natureza imaterial, como musicalidades, gastronomia, danças, artesanato, religiosidades, saberes tradicionais.

Baseado no turismo de experiência e nas concepções sobre as dimensões culturais e sociais do turismo contemporâneo, o Projeto culTURa integra conteúdos teóricos e resultados de pesquisas produzidas sobre o tema à realidade das expressões culturais que se encontram à margem do mercado e das políticas públicas de turismo na capital fluminense e no estado, buscando demonstrar o papel da atividade turística na promoção, proteção, visibilidade e coesão social dos agentes envolvidos com o patrimônio cultural.

O projeto nasceu por meio de um debate na disciplina “Turismo Cultural”, ministrada em 2016, no curso de turismo da UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Ao analisarmos as consequências das políticas protagonizadas pela UNESCO em relação aos bens culturais nas décadas de 1960 e 1970, que intensificaram o turismo de massa e o enriquecimento de grupos he-

gemônicos vinculados à apropriação turística desses bens, os alunos colocaram em perspectiva a realidade carioca ressaltando que, até hoje, o turismo cultural praticado na cidade prestigiaria o patrimônio material de grande notoriedade, localizados principalmente na zona central e sul da cidade e expressões imateriais financiadas pela grande mídia.

Nesse sentido, o projeto deu início oficialmente às suas atividades em 2017 e realizou, até o momento, as seguintes experiências/vivências com turistas e visitantes, baseadas nas premissas do turismo de experiência (Panosso Netto, 2010): a *Feira das Yabás* – festa de valorização da cultura afro-brasileira que ocorre no bairro de Madureira; a *Feira de São Cristóvão*, patrimônio imaterial carioca que sintetiza a cultura nordestina; o *Circuito de Herança Africana*, que é comandado pelo Instituto Pretos Novos (IPN) e passa por diversos pontos marcantes para história da escravidão, como Cais do Valongo (patrimônio da humanidade pela UNESCO); e a *Feira do Rio Antigo*, conhecida popularmente como Feira do Lavradio, que acontece todo primeiro sábado do mês na Lapa.

O projeto busca mais representatividade territorial e cultural na dinâmica turística do destino Rio de Janeiro, valorizando e incluindo de forma participativa o capital social, a criatividade e a diversidade que integram o patrimônio cultural imaterial carioca. Da mesma forma, compreende a necessidade de maior reflexão acerca das experiências turísticas associadas aos bens imateriais, atento às potencialidades, limites e desafios que o turismo deve empreender para se tornar um instrumento aliado à produção e reprodução das expressões que envolvem a dinâmica de tais bens.

Turismo e patrimônio cultural: apropriações e aproximações possíveis

A expansão do turismo mundial, observado após a Segunda Guerra Mundial, impactou de forma significativa o campo da preservação do patrimônio. A experiência europeia na obtenção de recursos financeiros e na consagração de grandes monumentos históricos como importantes destinos turísticos foi observada pelos grupos envolvidos com a preservação no Brasil, que passaram a defender o turismo em centros urbanos detentores de bens patrimoniais, onde os recursos financeiros advindos desta atividade poderiam amenizar ou mesmo sanar a falta de recursos públicos na manutenção do patrimônio cultural nacional.

A prática europeia em associar a ideia de desenvolvimento econômico ao turismo resultou de políticas e de modelos de desenvolvimento adotados

por instituições mundiais em diferentes escalas e atribuições, entre elas, estão incluídos a UNESCO, o Comitê do Patrimônio Mundial e o ICOMOS. Segundo Amendoeira (2012), a forma como a UNESCO dirigiu os conceitos, as categorias e as práticas ao longo dos quarenta anos de vida da Convenção para o Patrimônio Mundial constituiu-se num elemento de análise importante para avaliar a relação entre o Patrimônio Mundial e o turismo.

A autora assinala que a dimensão econômica do “turismo cultural” argumentada pela UNESCO tem as suas raízes em duas ideias fundadoras e interligadas surgidas no meio do século XX: a primeira vem da influência francesa nas políticas de preservação do patrimônio cultural nos anos 1960 e 1970, ao direcionar o valor da cultura para as classes operárias e para seu usufruto durante o tempo de lazer; a segunda, surgida como consequência da primeira, é a de que o patrimônio deve ser rentável para se manter e para estimular a criação de atividades de lazer à população.

Assim, a cultura e o patrimônio tornam-se objetos distribuídos de forma equitativa entre diferentes classes sociais para uma sociedade de consumo cada vez mais massificada. Essa ideia favorece diretamente o olhar econômico do patrimônio no continente europeu, tendo no turismo e no lazer seu principal argumento. O valor econômico do turismo em áreas dotadas de patrimônio se projetou no terceiro mundo fortalecido pela ideia de desenvolvimento criado pelos EUA, sobretudo em relação à ideia de desenvolvimento cultural promovida pela UNESCO (Beschaouch, 2001).

Desse modo, a partir da década de 1960, observa-se uma grande influência da UNESCO nos órgãos patrimoniais mundiais, com destaque no Brasil, quanto ao enaltecimento do turismo enquanto atividade propulsora de desenvolvimento econômico do patrimônio como instrumento de defesa da sua preservação, conservação e valorização e de seu potencial educativo.

Os efeitos desastrosos da apropriação econômica excessiva do patrimônio cultural pelo turismo acarretaram, a partir do final dos anos 1970, um posicionamento preocupante dos técnicos do órgão de preservação brasileiro – IPHAN – em relação à importância da atividade para as políticas de preservação. O turismo tornou-se alvo de críticas, e cresceram os debates sobre seus efeitos negativos sobre o patrimônio cultural.

O dito turismo cultural não poderia, nesse momento, ser considerado uma alternativa ou uma oposição ao turismo de massa: o turismo cultural incentivado pela UNESCO e apropriado de forma distorcida pelo mercado

capitalista se articulava ao turismo de massa e tinha-o por referência (Ribeiro, 2016). O alto grau de atratividade do patrimônio cultural monumentalizado ou sacralizado pelos títulos de Patrimônio da Humanidade ou Patrimônio Nacional, aliado a altos investimentos públicos e privados em processos de gentrificação, dificultou a inclusão do turismo como uma atividade parceira às políticas de preservação do patrimônio recentes.

Os inúmeros debates acadêmicos em tornos dos efeitos negativos da apropriação turística em centros históricos internacionais e nacionais levaram a novas reflexões e à adoção de novas posturas em relação ao papel dessa atividade nas políticas de preservação e nos programas de desenvolvimento de áreas patrimonializadas.

A colaboração entre a UNESCO e a OMT na década de 1990, ao estabelecer ações e programas voltados a um desenvolvimento turístico próximo dos interesses locais e discutidos entre os diferentes agentes envolvidos com a preservação e com o uso sociocultural do patrimônio, começa a ganhar contornos expressivos e a influenciar as novas políticas de patrimônio internacionais (Montero, 2001). A orientação mundial mais significativa dessa aproximação é sublinhada pela Carta do Turismo Sustentável de 1995, em que seu conteúdo alerta a ambivalência da relação entre a atividade turística e o patrimônio natural e cultural, e aponta para um desenvolvimento baseado na proteção, no planejamento e na cooperação partilhada e integrada entre todos os agentes envolvidos com tais bens.

Artigo 5. A conservação, a proteção e a valorização do patrimônio natural e cultural representam um âmbito privilegiado para a cooperação. Por parte de todos os responsáveis, esta atitude implica uma mudança autêntica de inovação cultural, tecnológica e profissional, que exige realizar um grande esforço em criar e desenvolver instrumentos de planejamento e gestão integrados.

Artigo 9. Os governos e autoridades competentes, com a participação das ONGs e das comunidades locais deverão converter e orientar ações de planejamento integrados como contribuição ao desenvolvimento sustentável (UNESCO/OMT, 1995, pp. 4-5).

Esse novo olhar do turismo em destinos patrimoniais vai ser reafirmado e tomado como referência no mundo, em 1999, por meio da Carta Internacional

sobre o turismo cultural, resultado da assembleia geral do ICOMOS, no México. Nesse documento, constata-se a mudança no conceito da antiga forma de pensar o turismo cultural, construindo uma nova prática da atividade com base na proteção, conservação, interpretação e valorização da diversidade cultural em tempos de globalização. Nessa carta, o papel do turismo em áreas patrimonializadas é visto como um instrumento positivo e potencializador de desenvolvimento local e passa a compor a agenda das políticas públicas de patrimônio mundiais e brasileiras.

Segundo Richards (2009, pp. 25-6), o “novo turismo cultural reflete um turismo de melhor qualidade, onde as expressões culturais locais podem ser valorizadas e inseridas na economia local”. Entretanto, segundo o autor, essa possibilidade não se caracteriza como uma condição onipresente em todos os destinos culturais hoje assim considerados, uma vez que a massificação e a turistificação de bens culturais representam atualmente uma possível ameaça à permanência e à originalidade de tais bens.

Mesmo observando a preocupação em manter os aspectos originais e a diversidade que caracteriza a oferta cultural desse segmento, constata-se, na maioria absoluta dos trabalhos voltados ao turismo cultural, a valorização de bens culturais materiais e consagrados como patrimônio cultural como os principais atrativos turísticos a serem estruturados, organizados e promovidos pelos gestores públicos e privados do turismo. Essa seletividade espacial e econômica é percebida claramente nos conceitos de turismo cultural apresentados por organizações e por alguns teóricos internacionais voltados à pesquisa dessa área.

O próprio Ministério do Turismo (2010), em parceria com o IPHAN, apresenta uma definição de turismo cultural pautada na vivência de elementos que compreendem o patrimônio histórico e cultural, bem como os eventos culturais. Observa-se, por esse documento, que o conceito de patrimônio cultural adotado pelo ministério é o mesmo utilizado pelo IPHAN, ao considerar “o patrimônio histórico e cultural como bens de natureza material ou imaterial que expressam ou revelam a memória e a identidade das populações e comunidades” (Ministério do Turismo, 2010, p. 17). Esses bens, segundo a instituição, possuem valor histórico, artístico, científico e simbólico e são passíveis de se tornarem atrativos culturais voltados à vivência e à contemplação.

Para Richards (1996), o conceito de turismo cultural vai além da apropriação turística do patrimônio cultural. Segundo ele, o turismo cultural representa o resultado de uma motivação específica, nesse caso, a busca de turistas por

experiências culturais de diferentes naturezas, como viagens de estudo, festivais musicais, peregrinações ou mesmo visitas a centros históricos e monumentos. Para o autor, a compreensão do segmento turismo cultural deve ter foco no olhar do turista e de suas múltiplas motivações culturais, e não simplesmente na apropriação turística do patrimônio cultural.

Nesse sentido, o conceito do turismo cultural envolve aspectos específicos que revelam as diferentes possibilidades de análise que caracterizam o segmento: “aspectos turísticos, apropriação de bens culturais, consumo de experiências e produtos, motivações dos turistas” (McKercher e Du Cros, 2002, pp. 3-6).

O turismo cultural colabora com uma apropriação coletiva mais intensa do patrimônio cultural. Possibilita, ainda, a valorização de bens culturais desconsiderados ou não priorizados pelos órgãos de preservação como o patrimônio imaterial e o patrimônio cultural material móvel de origem popular (McKercher e Du Cros 2002, p. 7). A aproximação do patrimônio cultural com o turismo, como forma de valorização e apropriação coletiva e independente das relações mercadológicas priorizadas pelos gestores do turismo, vem sendo tratada largamente em diversos países, inclusive no Brasil. Nesse sentido, devemos ponderar acerca da representatividade territorial e tipológica dos bens culturais apropriados pela atividade turística.

Observa-se que diferentes possibilidades de apropriação dos bens culturais, a forte concorrência entre cidades e, sobretudo, a condição espacial em que se encontra o patrimônio cultural devem ser consideradas nos processos de gestão de tais bens, excluindo a adoção de modelos engessados do turismo tradicional. A promoção exacerbada do patrimônio cultural para fins turísticos, normalmente acompanhados de infraestrutura massificada e especializada, não corresponde aos exemplos exitosos de turismo cultural, devendo ser analisados e investigados os exemplos de processos de gestão integrada e participativa em locais onde o patrimônio consiste no principal recurso de desenvolvimento.

Em continuidade aos parâmetros de análise entre o patrimônio cultural e a atividade turística indicados por McKercher e Du Cros (2002), a vivência e o consumo de novas experiências pessoais caracterizam o segmento do “novo” turismo cultural. A relação entre os bens culturais e os turistas pode ir além da mera contemplação, possibilitando a expansão do conhecimento individual e o despertar de novos valores pessoais para os turistas, transformando-os em agentes ativos na proteção e valorização do patrimônio cultural.

Uma das formas mais comuns em estabelecer um processo de comunicação interativo entre os turistas e o patrimônio cultural é a interpretação. Segundo Murta e Goodey (2002), a interpretação do patrimônio consiste em ações de comunicação entre os elementos culturais e os visitantes por meio de textos, imagens ou outras representações proporcionando um melhor aproveitamento ou experiência no local visitado.

A interpretação do patrimônio no turismo cultural acrescenta valor ou intensifica a experiência do turista em determinado atrativo, uma vez que alia o entretenimento ao conhecimento mais profundo dos bens culturais. Nesse sentido, a interpretação do patrimônio consiste num forte aliado às ações da educação patrimonial, visto que, por meio de uma visita orientada e controlada, pode distribuir o fluxo de visitantes em determinado local e, ao mesmo tempo, sensibilizá-los em relação à proteção dos objetos da visita (Murta e Goodey, 2002).

O emprego de novas tecnologias em processos de interpretação do patrimônio vem assumindo grande expressividade nas atividades de educação patrimonial pelo turismo, porque, ao empregar linguagens inovadoras e de fácil percepção e assimilação, potencializam a relação entre entretenimento e conhecimento que caracterizam os produtos turísticos culturais. Guias eletrônicos, painéis multimídia, projeções e instalações interativas vêm substituindo as tradicionais sinalizações informativas presentes nos museus e centros históricos. No entanto, o emprego excessivo de recursos midiáticos e informacionais em bens culturais para fins turísticos pode levar a processos de espetacularização de tais bens, ampliando a atenção dos visitantes para outros recursos visuais e, assim, comprometendo os objetivos da educação patrimonial (Manzato, 2007, pp. 103-4).

Exemplos extremos de interpretação do patrimônio, como a ambientação de base histórica, recriam ambientes e situações cotidianas de um tempo pretérito para a experiência e contemplação de turistas. Segundo Pires (2001), essa ambientação utiliza recursos de ambientação como cenografia, vestuário, iluminação, música, alimentação e dramatização para o aproveitamento de bens culturais para o turismo e o lazer, criando uma atmosfera imaginária realista do ambiente original que compreende o patrimônio em questão.

Para o autor, a ambientação de base histórica consiste num poderoso recurso de marketing turístico voltado à apropriação turística de bens culturais que eleva o patrimônio à condição de bem dinâmico e interativo entre o passado e o presente. Os exemplos do chamado triângulo histórico americano, compreendendo as cidades de Williamsburg, James City e Yorktown, todos no

estado da Virgínia/EUA, são referências importantes dessa técnica de interpretação do patrimônio (Pires, 2001).

A discussão pertinente de Gonçalves (1988) acerca do patrimônio, memória e autenticidade antepõe-se às colocações de Pires (2001). Segundo aquele autor, a recriação paisagística e cenográfica de Williamsburg assume um aspecto dramático de reencenação, congelando um passado idealizado e inerte às interrelações com os turistas ali presentes. Para ele,

o conjunto urbanístico e arquitetônico [de *Williamsburg*] e mais a performance dos atores não sugere antiguidade, mas sim o aspecto novo e limpo, quase ascético, das coisas recriadas. [...] Em *Colonial Williamsburg* esses prédios e objetos não parecem vir de nenhum passado, mas antes de um eterno presente. O desaparecimento da 'aura', de que nos fala Benjamin, parece aqui ter atingido um limite extremo (p. 271).

Nesse caso, os simulacros e as encenações observadas em tais atrativos culturais são utilizados pelo marketing turístico como sinônimo de autenticidade, na tentativa de atrair um número cada vez maior de turistas e visitantes. No entanto, as características atemporais e ascéticas de tais atrativos contrariam, como exposto por Gonçalves (1988), os preceitos de Walter Benjamin acerca da autenticidade dos bens culturais. Se pensarmos em nossa opção fachadista no tombamento de sítios históricos como um recurso suficiente à preservação da memória, podemos nos questionar se não estamos agindo como uma mera ambientação, ao reduzir o patrimônio a um cenário desarticulado da dinâmica urbana das localidades.

A ambientação de base histórica, bem como outros exemplos de técnicas de interpretação do patrimônio que se sobrepõem aos objetivos e interesses da educação patrimonial transformam, segundo McKercher e Du Cros (2002), o patrimônio cultural em produtos turísticos. Esses produtos, ao agregarem elementos de comunicação e infraestrutura notadamente voltados ao entretenimento, enaltecem o poder de consumo dos bens culturais, pois valorizam suas características superficiais e incentivam a compra incessante de subprodutos associados a tais características, como suvenires, gastronomia e eventos culturais paralelos. Na maioria das vezes, tais subprodutos exercem poder de atratividade maior que o próprio bem cultural e reduzem o patrimônio cultural a mero elemento indutor e ambientador para consumo turístico e lúdico.

Associar a atividade turística à condição de atividade facilitadora e promotora da valorização e proteção do patrimônio cultural por meio de experiências e ações interpretativas requer uma revisão profunda acerca dos interesses do marketing turístico em transformá-lo em produto turístico. A transformação do patrimônio cultural em produto de consumo turístico pode levar, num curto espaço de tempo, à aceleração do processo de degradação e especulação dos bens e espaços culturais e ao surgimento de um turismo massificado e distanciado dos preceitos do turismo cultural.

Por fim, o último elemento de análise sobre a relação entre o patrimônio e o turismo, assinalados por McKercher e Du Cros (2002), refere-se à motivação dos turistas no turismo cultural. Analisando os conceitos relativos ao segmento que foram apresentados no início deste capítulo, como os apresentados pelo ICOMOS e pelo Ministério do Turismo, constata-se a existência de uma visão idealizada do turista cultural. A partir desses conceitos, imagina-se um turista cultural que busca experiências diferenciadas e conhecimentos profundos do patrimônio durante sua visita turística. No entanto, pesquisas realizadas por instituições europeias e americanas demonstram a existência de uma variedade considerável de motivações e tipos de turistas que buscam esse segmento, incluindo muitas vezes experiências consumistas e superficiais.

Diversos autores discutem as diferenças comportamentais dos turistas culturais nos destinos. Tais diferenças se baseiam no nível de informação exigido pelos turistas quando visitam determinados atrativos ou destinos culturais como também no papel desempenhado pela cultura na definição da viagem ou de atrativos que os turistas queiram conhecer em destinos turísticos (WTO/ETC, 2005).

Hábitos de viagem desenvolvidos pelos turistas culturais também se adequam ao perfil dos turistas desse segmento. A preparação da viagem, por exemplo, é fundamental para os turistas culturais, uma vez que o conhecimento prévio sobre a história e os modos de vida da população que vive nos destinos favorece a interpretação dos atrativos quando visitados. Nesse sentido, Richards (1996) aponta o papel que a internet vem desempenhando na preparação da viagem e a importância que os destinos têm na organização e divulgação eletrônica de *sites* especializados e dirigidos ao turismo cultural.

Mesmo buscando antecipadamente informações e conhecimento acerca dos atrativos culturais a serem visitados, os turistas culturais não apresentam, na sua maioria, motivações específicas. Segundo Richards (1996), somente 10%

dos turistas denominados culturais viajam com motivação específica em visitar determinado tipo de patrimônio; a maioria absoluta desse grupo de turistas, no entanto, busca conhecimento geral e amplo acerca do patrimônio cultural existente em determinado destino. Contudo, a complexidade que envolve as motivações dos viajantes desse segmento deve ser ponderada pelas práticas tradicionais do turismo industrial e de massa.

Nesse sentido, observa-se atualmente no Rio de Janeiro a presença de roteiros culturais, organizados por agências de viagens ou associações voluntárias, que percorrem bairros dotados de alto valor simbólico ou de espaços de reconhecido valor patrimonial. Os bens de natureza imaterial, quando presentes, se adequam à infraestrutura e à construção estética influenciada pelo mercado turístico. Assim, áreas tradicionalmente turistificadas configuram-se como uma espécie de redução narrativa acerca dos valores e da diversidade cultural.

Ao considerar esses pressupostos teóricos, a metodologia adotada no Projeto *cultURA* é baseada em três premissas básicas: conhecimento da dinâmica socioespacial das manifestações culturais previstas no cronograma do projeto; desenvolvimento de experiências/vivências para turistas e visitantes; e desenvolvimento de propostas de novas atividades, agora protagonizadas pelas comunidades locais, por meio dessas manifestações. O conhecimento das dinâmicas socioespaciais das expressões selecionadas pelo projeto é realizado por meio de um trabalho de campo, utilizando o método etnográfico e a observação participante (Malinowski, 1978).

O trabalho de campo, pensado e organizado segundo o princípio da observação participante, defendida inicialmente por Malinowsky e hoje constituinte do ofício do antropólogo, requer uma imersão e interação total do pesquisador em seu objeto de estudo, de modo a compreender e interpretar tudo o que foi observado de forma relativa e isenta de julgamentos. Assim, o trabalho de campo busca realizar o duplo exercício antropológico sugerido por DaMatta (1987, p. 157):

[...] aprender uma dupla tarefa que pode ser grosseiramente contida nas seguintes fórmulas: a) transformar o exótico em familiar e/ou b) transformar o familiar em exótico. Em ambos os casos, é necessária a presença dos dois termos (que representam dois universos de significação) e, mais basicamente, uma vivência dos dois domínios porum mesmo sujeito disposto a situá-los e apanhá-los.

No entanto, realizar essa dupla tarefa, que ora se excluem e ora se complementam, não é uma tarefa fácil. A paciência e o contínuo exercício de se colocar no lugar do outro permitiu a construção dessa experiência metodológica, até então inédita para mim. Como adverte Gilberto Velho (1981, p. 124, grifos do autor),

[...] a ideia de tentar por-se no lugar do outro e de captar vivências e experiências particulares exige um mergulho em profundidade difícil de ser precisado e delimitado em termos de tempo. Trata-se de um problema complexo pois envolve a questão da distância social e distância psicológica. [...] Evidentemente, em algum nível, está se falando em *distância*.

Contudo, esse “mergulho em profundidade”, apontado por Gilberto Velho na citação acima, só é possível por meio de formas sutis de sociabilidades compartilhadas entre o pesquisador e o grupo social detentor das práticas culturais analisadas. Por meio do exercício etnográfico, é possível analisar mais profundamente as relações de produção, construção e reprodução das expressões culturais, possibilitando a elaboração de atividades de visitação mais criativas e próximas da interpretação da importância social e simbólica que envolvem tais expressões;

Da mesma forma, a elaboração das atividades do Projeto culTURa tem como conceito norteador o turismo de experiência (Panosso Netto e Gaeta, 2010), que ressalta a integração e o envolvimento dos turistas nas atividades ou lugares por eles visitados. O protagonismo e a participação da comunidade local no desenvolvimento de novas atividades associadas aos bens imateriais, trabalhados nas fases anteriores do projeto, são baseados na metodologia proposta por Fortunato (2017), que enaltece a formação de redes colaborativas e a participação ampla das comunidades na elaboração de produtos e ações de natureza turística.

Considerando os princípios metodológicos pontuados acima, considera-se a visitação organizada e mediada por meio de vivências e experiências criativas o ponto de partida para a formação de redes colaborativas que estimulem e fortaleçam iniciativas locais de desenvolvimento do turismo cultural. Os quadros 1 a 3, a seguir, apresentam as etapas desenvolvidas pelo Projeto culTURa.

Quadro 1 – Etapa 01 do Projeto culTURA

Etapa 1	
Objetivo	Ações
Desenvolvimento das atividades/vivências da cultura imaterial do Rio de Janeiro	Mapeamento do patrimônio cultural e das expressões culturais imateriais desenvolvidas no subúrbio carioca e na região metropolitana do Rio de Janeiro
	Definição da expressão cultural a ser desenvolvida a atividade, segundo cronograma viável e adequado para sua realização
	Trabalho de campo com toda a equipe do projeto, utilizando o método etnográfico e a observação participante
	Contato com os grupos locais e estabelecimento de redes de cooperação para a realização da atividade
	Planejamento, organização da atividade de visitação e apresentação da proposta para a comunidade
	Divulgação, operacionalização e avaliação dos resultados

Fonte: do autor, 2019.

Quadro 2 – Etapa 02 do Projeto culTURA

Etapa 2	
Objetivo	Ações
Planejamento participativo e desenvolvimento de novas atividades nas comunidades envolvidas com as expressões culturais trabalhadas na etapa	Reunião com a comunidade local para discutir novas atividades associadas à manifestação cultural em questão, agora protagonizadas pela comunidade
	Realização de curso preparatório para desenvolvimento turístico junto à comunidade
	Planejamento participativo e desenvolvimento das novas atividades/vivências
	Apoio do Projeto culTURA nas atividades desenvolvidas pela comunidade: divulgação, ampliação das redes colaborativas, operacionalização, discussão dos resultados

Fonte: do autor, 2019.

Quadro 3 – Etapa 03 do Projeto culTURa

Etapa 3	
Objetivo	Ações
Avaliação do projeto e monitoramento das atividades	A avaliação do projeto levará em conta os seguintes indicadores: receptividade da comunidade local; número de inscritos e participantes na atividade; viabilização da continuidade da proposta
	Participação da comunidade no desenvolvimento de novas atividades ligadas à expressão cultural em questão
	Apoio na divulgação e gestão das atividades desenvolvidas pelas comunidades

Fonte: do autor, 2019.

Os resultados até agora obtidos nos levam a refletir sobre a complexidade que envolve a elaboração de atividades turísticas ligadas à cultura imaterial. Em primeiro lugar, devemos considerar que as incursões etnográficas desenvolvidas na preparação das visitas nos fornecem elementos para a elaboração de novos olhares e experiências de visitação; em contrapartida, as visitas organizadas também envolvem critérios, seleções e formas de interação que se constituem em experiências turísticas distantes da dinâmica cultural dos bens culturais em questão. Percebe-se, no entanto, que a visitação elaborada e mediada pelo projeto desperta a atenção para os agentes detentores das expressões culturais, favorecendo a formação das redes colaborativas. O desafio compreende, agora, o desenvolvimento de atividades de visitação protagonizadas pela própria comunidade.

Considerações finais

Tais análises nos remetem à reflexão do real valor da atividade turística nos processos de gestão e proteção do patrimônio cultural. O turismo, comumente sacralizado como a melhor alternativa de valorização econômica, urbana e cultural do patrimônio, vem demonstrando sua ineficácia e despreparo na identificação e condução dos valores simbólicos e do papel dos bens culturais nas cidades onde a atividade se desenvolve.

O envolvimento da comunidade nos processos de gestão do patrimônio deve assumir um papel central nas discussões acerca do futuro dos bens e incorporar-se nas ações de preservação e apropriação do patrimônio cultural.

Da mesma forma, as transformações simbólicas induzidas pela indústria do turismo e os novos anseios de consumo por parte dos turistas ditos culturais dificultam ações de gestão que possam proteger e envolver os visitantes e moradores na preservação dos bens. A apropriação vertical de centros históricos por empresas transnacionais na construção de hotéis, *resorts* e centros gastronômicos tem acarretado graves processos de gentrificação e exclusão da população local, reduzindo o patrimônio num elemento de alto valor especulativo e de marketing.

Por outro lado, tais constatações têm alimentado o campo da pesquisa do patrimônio cultural e o papel da ciência geográfica na análise da aproximação entre o turismo e patrimônio cultural. Identificar os usos sociais e sua relação com os bens culturais gera trabalhos acadêmicos referenciais para a minimização de efeitos negativos dessa relação, tornando-os também importantes instrumentos para a construção de políticas públicas de turismo e patrimônio e de práticas de gestão.

As comunidades, protagonistas das expressões culturais, têm plenas condições de propor vivências diversificadas, interativas e criativas, diferentes dos roteiros turísticos padronizados e comercializados pelos empresários do turismo. Essas vivências, além de fortalecerem a autoestima dessas comunidades, poderão contribuir com a melhoria da sua forma de viver, trazendo benefícios financeiros e maior visibilidade às expressões culturais por elas desenvolvidas.

O Projeto cultURa compreende que a atividade turística pode ser um instrumento de valorização, proteção e desenvolvimento das comunidades envolvidas com a cultura imaterial brasileira. Além disso, se mostrará disposto a apoiar a comunidade, buscar parcerias e fortalecer o papel da universidade pública em sua missão como entidade que promova ensino, pesquisa e extensão.

Referências

AMENDOEIRA, A. P. “40 anos da Convenção do Patrimônio Mundial: algumas reflexões para o futuro”. In *40 años de la Convención de Patrimonio Mundial – Cultura y desarrollo en America Latina y el caribe – Turismo y territorio, clave para el desarrollo comunitario*. México, DF: Instituto Nacional de Antropología y Historia, 2012, pp. 228-44.

- BESCHAOUCH, A. "Patrimoine, sites, tourisme: des quelques contradictions". *Cahiers ICOMOS France: Accueil, aménagement, et gestion dans les grandes sites*, n. 21, pp.9-23, Paris, 2001.
- GONÇALVES, J. R. "Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais". *Estudos Históricos*, v. 1, n. 2, pp. 264-75, Rio de Janeiro, 1988.
- ICOMOS. "Carta internacional sobre o turismo cultural. A gestão do turismo em sítios com patrimônio significativo". Disponível em: http://www.icomos.org/charters/tourism_sp.pdf. Acesso em: maio 2018.
- MALINOWSKI, B. K. *Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos no arquipélago da Nova Guiné melanésia*. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MANZATO, F. "Turismo arqueológico: diagnóstico e análise do produto arqueoturístico". *Revista Pasos – Revista de turismo y patrimonio cultural*, v. 5, n. 1, pp. 99-109, 2007.
- MCKERCHER, B. e DU CROS, H. *The partnership between tourism and cultural heritage management*. New York, USA: Routledge, 2002.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. *Turismo Cultural: orientações básicas*. 3 ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.
- MONTERO, P. L. "Turismo y ciudades históricas en los documentos de organizaciones internacionales". *Boletín PH*, n. 36, pp. 184-94, Sevilla, 2001.
- MURTA, S. M. e GOODEY, B. "Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual". In MURTA, S. M. e ALBANO, C. (orgs.). *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2002.
- PANOSSO NETTO, A. e GAETA, C. *Turismo da experiência*. São Paulo: SENAC, 2010.
- PIRES, M. J. *Lazer e turismo cultural*. São Paulo: Manole, 2001.
- RIBEIRO, C. "Que tinha a Unesco a ver com desenvolvimento econômico?". Vitruvius - Arquitextos, ano 16, n. 189.03, São Paulo, fev. 2016. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.189/5953> . Acesso em: mar. 2019.

RICHARDS, G. *Culture tourism in Europe*. Oxon, UK: CAB International, 1996.

SOTRATTI, M. A. *Pelas ladeiras do Pelo: a requalificação urbana como afirmação de um produto turístico 2005* (dissertação). Universidade Estadual de Campinas, 2005.

UNESCO/OMT. “Carta do turismo sustentável”. *Conferência Mundial do Turismo Sustentável*. Governo da Espanha. Lanzarote, Espanha, 1995. Disponível em: <http://www.turismo-sostenible.org/docs/Carta-del-Turismo-Sostenible.pdf>. Acesso em: maio 2018.

WTO – WORLD TOURISM ORGANIZATION e ETC – EUROPEAN TRAVEL COMMISSION. *City Tourism and Culture. The European Experience*. Bruxelas: WTO/ETC, 2005.